REVISEA
REVISTA SERGIPANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Unidades de conservação na formação de educadores ambientais: uma prática de “ComVivência Pedagógica”

Conservation units in the training of environmental educators: a practice of “ComVivência Pedagógica”

Unidades de conservación en la formación de educadores ambientales: una práctica de “ComVivência Pedagógica”

Alessandra dos Santos Cabral VIANA[1]
Mauro GUIMARÃES[2]
Edileuza QUEIROZ[3]

Submetido em: 05/08/2025
Aceito em: 01/09/2025
Publicado em: 30/09/2025

RESUMO
Este artigo apresenta os resultados de um estudo que investigou as contribuições da proposta teórico-metodológica “ComVivência Pedagógica” na formação de educadores ambientais, tendo as Unidades de Conservação (UCs) como espaços educativos não formais. O curso “Formação de Educadores Ambientais em espaços não formais”, ofertado pela Escola de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, serviu de base para a pesquisa. Fundamentado na perspectiva crítica da Educação Ambiental, o processo formativo articulou teoria, prática e

[1] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, Brasil.
[2] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, Brasil.
[3] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

vivências imersivas em duas UCs da Baixada Fluminense. Desenvolvida pelo grupo de estudos GEPEADS/UFRRJ, a ComVivência Pedagógica baseia-se em princípios formativos e componentes pedagógicos, cujo intuito é provocar rupturas com os paradigmas dominantes e estimular processos de reconstrução de sentidos. A pesquisa, de natureza qualitativa e interventiva, teve sua fase de análise dos dados ancorada na Análise Textual Discursiva e mostrou que a experiência formativa ampliou o desenvolvimento de uma consciência socioambiental, favorecendo e ressignificando as práticas pedagógicas dos participantes. Entre os resultados da pesquisa, as Unidades de Conservação revelaram-se potentes espaços para reflexão crítica, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e de construção de novas formas de se relacionar com a natureza e em sociedade. Além disso, a articulação entre as vivências em ambientes naturais e as práticas educativas críticas se mostrou uma estratégia relevante na formação de educadores comprometidos com a transformação socioambiental. Conclui-se que a proposta ComVivência Pedagógica contribui para a construção de uma educação ambiental mais preocupada com os territórios, com os sujeitos e com os desafios contemporâneos.
Palavras-chave: ComVivência Pedagógica; Educação Ambiental; Formação de Educadores; Unidades de Conservação; Vivência educativa.

ABSTRACT

This article presents the results of a study that investigated the contributions of the theoretical-methodological proposal “ComVivência Pedagógica” in the training of environmental educators, using Conservation Units (CUs) as non-formal educational spaces. The course “Training of Environmental Educators in Non-Formal Spaces” offered by the Extension School of the Federal Rural University of Rio de Janeiro served as the basis for the research. Based on the critical perspective of Environmental Education, the training process articulated theory, practice, and immersive experiences in two CUs in the Baixada Fluminense region. Developed by the GEPEADS/UFRRJ study group, ComVivência Pedagógica is based on training principles and pedagogical components, whose purpose is to break with dominant paradigms and stimulate processes of meaning reconstruction. The research, which was qualitative and interventional in nature, had its data analysis phase anchored in Discursive Textual Analysis and showed that the training experience broadened the development of socio-environmental awareness, favoring and reframing the pedagogical practices of the participants. Among the research results, Conservation Units proved to be powerful spaces for critical reflection, strengthening the sense of belonging and building new ways of relating to nature and society. In addition, the articulation between experiences in natural environments and critical educational practices proved to be a relevant strategy in the training of educators committed to socio-environmental transformation. It is concluded that the Pedagogical

Coexistence proposal contributes to the construction of an environmental education that is more concerned with territories, subjects, and contemporary challenges.
Keywords: ComVivência Pedagógica; Environmental Education; Educator Training; Conservation Units; Educational Experience.

RESUMEN
Este artículo presenta los resultados de un estudio que investigó las contribuciones de la propuesta teórico-metodológica "ComVivência Pedagógica" en la formación de educadores ambientales, considerando las Unidades de Conservación (UC) como espacios educativos no formales. El curso "Formación de Educadores Ambientales en espacios no formales", impartido por la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, sirvió de base para la investigación. Basado en la perspectiva crítica de la Educación Ambiental, el proceso formativo articuló teoría, práctica y experiencias inmersivas en dos UC de la Baixada Fluminense. Desarrollada por el grupo de estudios GEPEADS/UFRRJ, la ComVivência Pedagógica se basa en principios formativos y componentes pedagógicos, cuyo objetivo es provocar rupturas con los paradigmas dominantes y estimular procesos de reconstrucción de significados. La investigación, de naturaleza cualitativa e intervencionista, basó su fase de análisis de datos en el Análisis Textual Discursivo y demostró que la experiencia formativa amplió el desarrollo de una conciencia socioambiental, favoreciendo y reinterpretando las prácticas pedagógicas de los participantes. Como resultado obtenido, las UC se revelaron como espacios potentes para la reflexión crítica, el fortalecimiento del sentimiento de pertenencia y la construcción de nuevas formas de relacionarse con la naturaleza y en sociedad. Además, la articulación entre las experiencias en entornos naturales y las prácticas educativas críticas se mostró como una estrategia relevante en la formación de educadores comprometidos con la transformación socioambiental. Se concluye que la propuesta ComVivência Pedagógica contribuye a la construcción de una educación ambiental más preocupada por los territorios, los sujetos y los retos contemporáneos.
Palabras clave: ComVivência pedagógica; Educación ambiental; Formación de educadores; Unidades de conservación; Experiencia educativa.

1 INTRODUÇÃO

A atual e grave crise socioambiental resulta de uma reprodução constante e inconsciente dos modos de vida da sociedade moderna, como se tivéssemos apenas um caminho único. Na maior parte do tempo não refletimos ou não questionamos os paradigmas que estão enraizados no nosso saber e fazer cotidiano (Guimarães, 2004). Carvalho (2012) pontua que é preciso repensar o olhar sobre as

relações entre sociedade e natureza. Para a autora, somos reféns das nossas visões ou conceitos, que são como lentes sobre a forma que vemos nossa realidade. A problemática está no fato de não termos uma visão final e completa das coisas, o que sugere a necessidade de renovarmos nossas visões de mundo por meio da troca de lentes, de modo a enxergar as mesmas paisagens com um olhar diferente (Carvalho, 2012). Neste sentido, Guimarães (2004) considera a perspectiva crítica da Educação Ambiental como facilitadora para a ruptura de paradigmas impostos pelo modelo de civilização dominante, que, além dos problemas ambientais, contribuem para o aumento da pobreza, da violência e da degradação humana.

Dada a importância da Educação Ambiental para a sobrevivência global, um olhar atento deve ser direcionado para a formação dos indivíduos que buscam construir seus valores na sociedade. Neste caso, deve-se considerar a condição sócio-histórica do educador, para que, conforme Queiroz (2012), se alcance uma educação crítica, transformadora e emancipatória, através de uma formação que leve o educador a perceber, de forma mais ampla a sua profissão, além de permiti-lo ter domínio e compreensão de sua realidade, de seu tempo e de seu lugar. O art 5º da DCNEA (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) pontua que a Educação Ambiental "não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica" (Brasil, 2012, p. 2).

Diante desta necessidade de se 'fazer' Educação Ambiental de forma articulada e interdependente, Andrade (2012) apresenta algumas questões a serem refletidas: novas práticas são necessárias para a construção de novos paradigmas, exigindo assim, conhecimentos teóricos e metodológicos inovadores, uma nova relação aluno-educador, além de novas relações com conteúdos holísticos. É nesta condição de reformulação que a formação de educadores vem para auxiliar a práxis

pedagógica. Andrade (2012) define bem a intenção da formação de educadores no auxílio desta articulação.

> A formação do professor surge, então, com a intenção de auxiliar o profissional na práxis pedagógica para a promoção de aprendizagem que seja significativa, prepare o educando, sujeito histórico, para um modo de vida responsável no ambiente, de forma a contribuir para o equilíbrio ecológico do planeta e efetivação do respeito pela diversidade étnica e cultural da espécie humana, tornando-se veículo de formação e transformação, agente participativo, capaz de possibilitar a inserção em seu contexto de uma prática cotidiana, coerente com sua história e seus valores (Andrade, 2012, p. 101).

Neste sentido, Guimarães (2004), a partir da necessidade de colaborar com a formação de educadores ambientais que possam ser agentes neste amplo processo de ruptura dos paradigmas dominantes e de ambientalização da sociedade, vem desenvolvendo, em seu grupo de pesquisa (GEPEADS/UFRRJ[4]) uma proposta teórico-metodológica para formação de educadores ambientais, denominada “ComVivência Pedagógica”.

1.1 A “ComVivência Pedagógica”

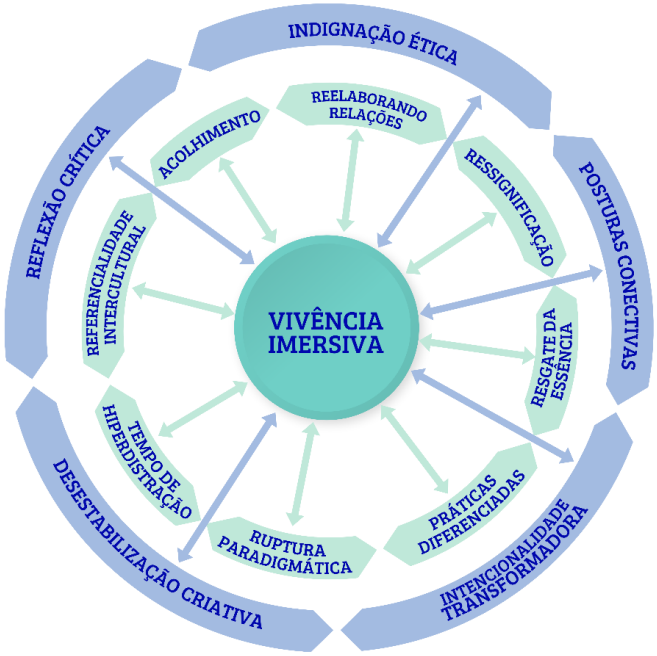
“Tal proposta formativa se estrutura a partir de vivências pedagógicas imersivas entre educadores ambientais em formação e contextos que oportunizem a “ComVivência” — vivência com — outros referenciais estruturantes do pensar-fazer e no reencontro com o Natural” (Granier, 2022, p. 9), a fim de oportunizar um choque de realidade e a reflexão sobre os referenciais dominantes. Nesta proposta, entende-se que um ambiente educativo não é um espaço físico, mas um ambiente

[4] O GEPEADS — Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade. Surgiu em outubro de 2003 a partir de experiências de extensão, realizadas em municípios circunvizinhos ao campus Seropédica da UFRRJ, que trouxeram à discussão questões relacionadas à Educação Ambiental, aglutinando estudantes de diferentes cursos da universidade, docentes, profissionais da Educação Básica e egressos, ansiosos pelo aprofundamento na área e com o ideal de viabilizar uma ação mais efetiva da Universidade em seu entorno, com atividades que permitissem viabilizar a integração ensino-pesquisa e extensão (GEPEADS, 2023).

em que haja relações em movimento, que se constroem na e pela ComVivência Pedagógica, entre os educadores em formação e a partir da práxis individual e coletiva que se resulta dessa experiência, apoiadas em princípios formativos e componentes pedagógicos, praticados em vivências imersivas (Granier, 2022; Guimarães, 2023). Os princípios formativos são provocadores que servem para desencadear uma desconstrução de padrões internalizados nos sujeitos em formação, visando uma reconstrução de sentidos e o rompimento com os modelos dominantes. Conforme a Figura 01, são eles: reflexão crítica, postura conectiva, desestabilização criativa, indignação ética, intencionalidade transformadora. Eles se constituem como dinamizadores do ambiente educativo (Granier, 2022). Para um aprofundamento sobre estes princípios, sugerimos a leitura da tese de Doutorado de Granier (2022), intitulada: *A construção de ambientes educativos e dos princípios formativos de educadores ambientais na proposta da "ComVivência Pedagógica*".

Os Componentes Pedagógicos são o "como fazer" da proposta. São eles que fornecem materialidade aos Princípios Formativos de forma inter-relacional e complementar (Guimarães, 2023). Através deles podemos orientar as atividades que serão realizadas ao longo do processo de formação. São oito Componentes Pedagógicos: acolhimento, reelaborando relações, ressignificação, práticas diferenciadas, resgate da essência, ruptura paradigmática, tempo de hiperdistração e referencialidade intercultural (Guimarães, 2023). Para um aprofundamento sobre os Componentes Pedagógicos, sugerimos a leitura da dissertação de mestrado de Viana (2024), identificada como *Contribuições da "ComVivência Pedagógica" na formação de Educadores Ambientais em espaços não formais*. Observe representação gráfica da Rede Teórico Metodológica da ComVivência Pedagógica na Figura 1.

Figura 1 - Rede Teórico Metodológica da ComVivência Pedagógica



Fonte: Viana (2024)

Podemos reparar que, assim como os Princípios Formativos, os Componentes Pedagógicos se inter-relacionam a todo momento. Ao se pensar nas propostas de atividades pedagógicas, além da perspectiva orientadora dos Componentes Pedagógicos, estas também devem estar atravessadas pelos Princípios Formativos. Esta interligação potencializa a construção de um ambiente educativo provocador de experiências significativas. Queremos instigar o pensamento crítico e reflexivo na prática pedagógica de educadores ambientais comprometidos com a transformação de si, de outros e da realidade socioambiental. Com essa perspectiva, comungamos com as proposituras de Loureiro (2019), em que a intenção não é ensinar uma educação ambiental idealizada e prescritiva, mas criar colaborativamente processos sociais com finalidades educativas, que permitam novos aprendizados, problematizações, encaminhamentos e alternativas diante dos desafios da sociedade.

1.2 As Unidades de Conservação como ambientes educativos

Para Carvalho (2012), a Educação Ambiental tem sido uma força potencializadora na construção de pontes entre a educação formal e a educação não formal. Além disso, as práticas de Educação Ambiental comunitárias ou populares, estão muito voltadas para os processos de desenvolvimento social local, trazendo maior capacidade de perceber problemas, avaliar escolhas coletivas e de decidir sobre a qualidade de vida das populações (*ibidem*).

Considerando a abrangência, tanto do campo da educação não formal, como da Educação Ambiental, partindo do pressuposto que as Unidades de Conservação (UC's) se constituem ricos espaços não formais a serem explorados para o desenvolvimento da Educação Ambiental crítica e transformadora, o ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, criado a partir de uma ação conjunta do departamento de Educação Ambiental e Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, é um instrumento norteador das práticas de educação ambiental em UC's.

De acordo com Cruz e Sola (2017), este documento considera os princípios e bases da comunicação e educação ambiental, visando também a conservação biológica das unidades, através de consultas públicas e a participação das esferas governamentais e dos membros da sociedade civil (*ibidem*). Seus principais objetivos são a divulgação da importância das UC's e a garantia de que seus aspectos históricos, econômicos, culturais e sociais sejam contemplados nas atividades educativas realizadas. O documento também retrata a importância de toda sociedade compreender o potencial de biodiversidade destes locais e sua utilização como forma de transformação, reflexão e esclarecimento sobre o atual

modelo de desenvolvimento. Cruz e Sola (2017) chama atenção para dois objetivos específicos no ENCEA (Brasil, 2012):

> Estimular a disseminação de saberes locais, resgatar e valorizar os conhecimentos tradicionais [...]; estimular o uso público sustentável e internalizar valores de corresponsabilidade na gestão e proteção das Unidades de Conservação (Brasil, 2012, p. 21).

Para as autoras, esses objetivos "remetem a ideia de que as ações de educação ambiental desenvolvidas nesses espaços buscam mais que simplesmente informar sobre a urgência de proteção do meio ambiente" (Cruz; Sola, 2017, p. 222), mas também aflorar aspectos importantes, como o sentimento de pertencimento e a compreensão de que todos são capazes de colaborar com a transformação desses espaços e para além deles.

A partir dos espaços não formais (institucionalizados e não institucionalizados[5]), e tendo em mente os objetivos do ENCEA, percebe-se que ambos podem trazer grandes contribuições para a formação de alunos e educadores. Segundo Queiroz *et al.* (2011), grande parte dos espaços não formais possui um enorme potencial na construção do conhecimento para todo aquele que o visita. Porém, os recursos destes espaços não estão sendo totalmente e potencialmente explorados. Para os autores, "isto acontece pelo despreparo dos professores para esta prática e a ausência de guias (monitores) nesses espaços, não institucionalizados, causando receio na utilização do mesmo" (Queiroz *et al.*, 2011, p. 19).

[5] "Na categoria Instituições, podem ser incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, como Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoobotânicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos, dentre outros. Já os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria Não-Instituições, como teatro, parque, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol, dentre outros inúmeros espaços" (Jacobucci, 2008, p. 56-57).

Segundo Marques (2023), a Educação Ambiental destaca-se como um meio de aprendizagem contínuo, que se destina a formação de sujeitos que almejam o bem-estar e a qualidade de vida do coletivo. Isso evidencia a importância dos processos de formação para os educadores ambientais, em especial aos processos que irão colaborar para a utilização dos espaços não formais. Neste contexto, o Brasil possui uma enorme sala de aula a céu aberto, considerando a grande quantidade de UC's existentes.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa foi identificar as contribuições da proposta teórico-metodológica ComVivência Pedagógica na formação de educadores ambientais a partir do potencial didático das UC's como espaço educativo não formal. O cenário da pesquisa foi o curso "Formação de Educadores Ambientais em espaços não formais" ofertado pela Escola de Extensão da UFRRJ como parte do projeto "Educação em Foco: estabelecendo parcerias entre a Universidade e a Escola" vinculado ao Laboratório Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LAMEPE/IM/UFRRJ). Os autores envolvidos na pesquisa foram os participantes inscritos no curso e sua equipe de trabalho. De forma mais específica, como objetivo secundário, a pesquisa buscou verificar o perfil dos participantes da formação, suas concepções sobre Educação Ambiental, a *priori* e a *posteriori* ao curso, e suas percepções sobre a ComViVência Pedagógica.

2 MÉTODO

Para alcançarmos os objetivos propostos, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, visando considerar a ótica dos sujeitos pesquisados e todas as interligações e conexões do contexto, respeitando a complexidade e a intersubjetividade para a compreensão da realidade. O material de campo, em se

tratando de uma pesquisa qualitativa, foi produzido na relação com o pesquisador, a fim de gerar um conhecimento que pudesse ser aplicado na realidade, caracterizando assim uma pesquisa aplicada (Taquette; Borges, 2020). Quanto aos meios para desenvolver a pesquisa, diferentes olhares foram lançados sobre seus objetivos, através das seguintes ferramentas de coleta de dados:

- Pesquisa bibliográfica;
- Pesquisa documental;
- Trabalhos de campo;
- Notas de campo;
- Aplicação de questionários semiestruturado;
- Entrevistas.

Iluminados por Teixeira e Megid Neto (2017), o processo investigativo deste trabalho teve seu enquadramento teórico-metodológico na perspectiva da Pesquisa de Natureza Interventiva, na modalidade de Pesquisa de Aplicação, apoiado em algumas características da Pesquisa-Ação. Apesar da pesquisa possibilitar possíveis transformações da realidade e ao mesmo tempo a produção de conhecimento, ela não se enquadra por completo em uma Pesquisa-Ação, porque em determinadas etapas não houve partilha entre pesquisadores e sujeitos acerca dos rumos do projeto, ou seja, não abrange em totalidade a característica de horizontalidade da Pesquisa-Ação. Na Pesquisa-Ação, a investigação deve partir do interesse dos sujeitos pesquisados (Barbosa, 2015). No caso deste projeto, ainda que os participantes tenham aderido à formação e à pesquisa, a motivação inicial para a investigação não foi deles. A Pesquisa de Natureza Interventiva é útil quando pesquisadores e demais sujeitos envolvidos possuem a intenção de resolver questões práticas, sem deixar de produzir conhecimento sistematizado (Teixeira; Megid Neto, 2017). Nela também é possível flexibilizar e ajustar o planejamento do

trabalho ao longo do tempo. A modalidade de Pesquisa de Aplicação abrange projetos onde os objetivos da intervenção são integralmente determinados pelo pesquisador. As demais pessoas participam do processo como sujeitos investigados e/ou beneficiários da proposta testada (Bogdan; Biklen, 2010). Nesta pesquisa, porém, não nos limitamos simplesmente a aplicar estratégias e saberes, mas almejamos que na coletividade surgissem trocas e partilhas de saberes a partir dos sentidos de todos envolvidos, inclusive do pesquisador, possibilitando mudanças nos sujeitos em formação e em suas práticas cotidianas. Dito isto, apesar da pesquisa ter uma natureza interventiva, ela abrangeu características de uma pesquisa-formação, apoiada nas contribuições de Josso (2004) e Edmea Santos (2005), a fim de que fosse possível construir conhecimentos sobre os problemas vividos pelo grupo e, a partir daí, refletir e buscar soluções de forma coletiva.

Devido à complexidade que envolve a coleta de dados em uma pesquisa de abordagem qualitativa, foram utilizadas múltiplas estratégias e recursos, conforme descritos acima, buscando assim adquirir informações de diferentes ângulos e perspectivas para obter uma dimensão qualitativa e interpretativa das etapas desenvolvidas.

A fase de análise de dados ocorreu de forma conjunta com a coleta de dados, pois, conforme Gibbs (2009), essa prática traz grandes contribuições para a pesquisa, já que a análise dos primeiros dados coletados pode levantar novas questões e perguntas e tornar o processo mais flexível.

A análise dos dados consistiu em três eixos:

- Apropriação dos participantes sobre a concepção crítica da Educação Ambiental proposta pelo processo formativo;

- Apropriação pelos participantes dos espaços não formais (Parque Municipal Natural de Nova Iguaçu e Parque Natural de Gericinó) como espaços educativos para rupturas dos modos de vida hegemônicos da modernidade;

- Contribuições da ComVivência Pedagógica no processo formativo de Educadores Ambientais.

Outra grande contribuição para a análise de dados desta pesquisa consistiu da Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes e Galiazzi, 2006) que se fundamenta como ferramenta mediadora na produção de significados por transitar entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. “(...) A análise textual discursiva cria espaços de reconstrução, envolvendo-se nisto diversificados elementos, especialmente a compreensão dos modos de produção da ciência e reconstruções de significados dos fenômenos investigados” (Moraes; Galiazzi, 2006, p. 118).

Após a devolutiva dos questionários (inicial e avaliativo), as respostas de cada pergunta foram agrupadas para facilitar a compreensão. Isso permitiu identificar e relacionar as respostas de acordo com os eixos de análise e compor um texto a partir dos significados e sentidos dos entrevistados. De acordo com Moraes e Galiazzi (2016), a ATD promove uma flexibilidade na construção dos metadados, permitindo que alguns textos sejam mais descritivos, enquanto outros assumam um caráter mais interpretativo. Essa característica favorece a elaboração de argumentos e teses parciais, que posteriormente se articulam em uma análise global do corpus. Esta pesquisa teve como objetivo investigar as possíveis contribuições da ComVivência Pedagógica, considerando as UC’s como ambientes educativos para formação de educadores ambientais. Almejou-se, assim, colaborar com novas perspectivas contra-hegemônicas de “fazer” educação ambiental, voltadas à construção de uma sociedade justa, igualitária e socioambientalmente sustentável.

3 A FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA COMVIVÊNCIA PEDAGÓGICA A PARTIR DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O curso “Formação de Educadores Ambientais em espaços não formais” teve uma carga horária de 60h e ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2023, com aulas presenciais e a distância na forma síncrona. Inscreveram-se no curso um total de 16 (dezesseis) participantes. Apesar do curso ter sido divulgado no meio acadêmico, o público-alvo do curso era qualquer pessoa interessada em promover ações de Educação Ambiental, independentemente de suas formações educacionais.

As áreas temáticas do curso abrangeram uma visão panorâmica da Educação Ambiental, o Meio Ambiente e a Baixada Fluminense; a Perspectiva Crítica da Educação Ambiental; as Unidades de Conservação na Baixada Fluminense e a Metodologia da ComVivência Pedagógica. Também foram apresentados os projetos de Educação Ambiental do Projeto Educação em Foco, como as hortas escolares e as estações meteorológicas.

A didática do curso de formação baseou-se nos fundamentos da educação problematizadora e dialógica de Paulo Freire (1987), convidando os participantes a desenvolverem criticidade, autonomia e emancipação para fundamentarem suas decisões e ações. Participaram do corpo docente do curso os professores Celso Sánchez, Ricardo Simões, Mauro Guimarães, Edileuza Queiroz e Cristiane Cardoso. Dos 16 (dezesseis) inscritos, 13 (treze) participantes concluíram o curso. A atividade final do curso consistiu na propositura de atividades pedagógicas nas UC’s amparadas na perspectiva da ComVivência Pedagógica.

Ocorreram duas atividades de vivências durante o curso, uma no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, no dia 07 de outubro de 2023, e outra no Parque Natural do Gericinó, em Nilópolis, no dia 21 de outubro de 2023, ambos na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Em ambas as vivências, o grupo enfatizou a contribuição das UC’s para instigar educandos e educadores ao processo crítico-reflexivo e de transformação dos modelos hegemônicos.

A ideia de unir uma formação em Educação Ambiental a partir da perspectiva da ComVivência Pedagógica tendo as UC's como ambientes educativos, surgiu do desejo de expandir o alcance da ComVivência Pedagógica para os contextos mais urbanos. A Baixada Fluminense possui uma grande área de preservação ambiental dentro de territórios urbanos que, em maioria, são desconhecidos pelos habitantes do próprio entorno. Atrelado a isso, e considerando o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, um dos objetivos da categoria Parque (Nogueira *et al*., 2018), o uso destes espaços para fomentar a formação de educadores ambientais, configurou-se como possibilidade de transformação das práticas de formação hegemônicas.

Ressalta-se que, além da sensibilização e interpretação ambiental possibilitadas pelos parques, os mesmos também devem ser utilizados com intuito de trabalhar o senso crítico e reconstruir o sentimento de pertencimento no resgate do natural, conforme dito por Queiroz e Guimarães (2016), visando a geração de reflexões e metodologias que despertem nos sujeitos envolvidos a capacidade de criar alternativas para soluções de problemas e conflitos. Os autores ainda reforçam a importância de formações que ultrapassem os limites das salas de aula, uma vez que é no contato com a realidade socioambiental que o indivíduo em formação se constitui como educador ambiental (*ibidem*).

É neste contexto que a ComVivência Pedagógica soma forças para a formação de educadores ambientais, favorecendo a percepção da complexidade da realidade socioambiental local e global. Quando o ato educativo se dá fundamentado nas vivências possibilitadas pelas imersões, permite-se "transcender a experiência" (Loureiro, 2019, p. 89), levando ao desenvolvimento de valores coletivistas. Quando imersos em outras culturas, outras sociedades, outros territórios, exercitamos a reflexão a partir destas outras perspectivas, criando a possibilidade de se enxergar para além do nosso lugar e do nosso tempo, ou seja, vivenciamos uma crise paradigmática (Morin, 2001).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 16 inscritos no curso, 15 responderam ao questionário inicial. Dos 13 que concluíram o curso, somente 8 responderam ao questionário avaliativo disponibilizado ao término da formação. A faixa etária dos participantes abrangeu entre 20 e 60 anos, sendo 80% entre 20 e 39 anos. Quanto ao sexo dos participantes, 67% eram do sexo feminino.

A maioria dos participantes eram da área acadêmica (12), porém, também se inscreveram no curso, pessoas da área jurídica (2) e da administração pública (1). Dos participantes que estão cursando o nível superior, três não informaram o curso e um está cursando Educação do Campo.

A respeito de formação prévia sobre Educação Ambiental, 27% não possuíam nenhuma experiência formativa sobre o tema. Sobre o motivo de terem optado por fazer o curso, a maioria informou o desejo de adquirir e/ou aprofundar seus conhecimentos em Educação Ambiental.

EIXO 1 - Apropriação sobre a concepção crítica da Educação Ambiental proposta na formação.

No formulário inicial, perguntou-se qual o entendimento que o participante tinha sobre Educação Ambiental. A pergunta foi refeita ao término do curso para que fosse possível avaliar a contribuição da formação para Educadores Ambientais.

Para os participantes P1, P3, P7, P11 e P13, que já possuíam uma formação prévia sobre Educação Ambiental, o curso agregou mais conhecimentos, ampliando o entendimento sobre o tema e sobre suas práxis pedagógicas. Já para os participantes P4 e P5, que não possuíam formação prévia, o curso promoveu mudanças sobre suas percepções em Educação Ambiental, possibilitando enxergar

a complexidade envolvida nas questões socioambientais e a função transformadora da Educação Ambiental.

O participante P10, não deixou claro se sua percepção da Educação Ambiental mudou após o curso, porém, evidenciou a importância do processo de sensibilização e compreensão das relações entre seres humanos e natureza. O participante P16, apesar de não ter feito a devolutiva do questionário inicial, após o curso, informou mudanças em sua percepção acerca do tema. Quanto aos demais participantes, não foi possível fazer um comparativo, visto que não deram devolutiva a um dos questionários.

EIXO 2 - Apropriação dos espaços não formais como espaços educativos para rupturas dos modos de vida hegemônicos da modernidade.

Os participantes foram questionados se já tinham feito alguma formação específica para a prática pedagógica em ambientes não formais. 75% não tinham feito formação que explorasse os espaços não formais para a formação em Educação Ambiental. Este mesmo percentual equivale aos participantes que também não fizeram algum tipo de formação em UCs.

Quanto às vivências nas UCs, o questionário final perguntava como os participantes as consideravam. Todos os participantes que responderam ao questionário avaliativo, pontuaram que as vivências nas unidades de conservação, colaboraram para reflexões críticas sobre as questões ambientais e sobre o modo de vida contemporâneo, abrindo um leque de possibilidades em atividades pedagógicas, sejam elas ligadas a educação formal ou em práticas informais em seus cotidianos.

EIXO 3 - Contribuições da ComVivência Pedagógica na formação de Educadores Ambientais.

Quando perguntados especificamente sobre a proposta da ComVivência Pedagógica, metade dos entrevistados ainda não a conhecia. Sobre em que nível a

proposta da ComVivência Pedagógica proporcionou novos conhecimentos aos participantes do curso, 88% disseram que a proposta foi bastante enriquecedora no ponto de vista da aquisição de novos conhecimentos. Para o participante P5, a proposta pouco contribuiu para o avanço de seus conhecimentos. Apesar disto, informou em seu questionário, que a sua concepção sobre Educação Ambiental foi transformada, tendo sido atingido o objetivo da formação.

Para o grupo, a ComVivência Pedagógica agregou saberes, trouxe um olhar crítico sobre as práticas pedagógicas e mostrou novas formas de convivência na relação sociedade e natureza. Nesta direção, Rocha (2020) evidencia que a Educação Ambiental, desenvolvida por meio de vivências em UC's, possibilita a integração de disciplinas, a contextualização e a busca da transformação socioambiental a partir da consciência crítica dos sujeitos (Rocha, 2020), trazendo para a prática um olhar complexo sobre as questões socioambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com a perspectiva do ProFEA, (Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais) de que a educação deve ser planejada em diferentes espaços e por diferentes vias, é possível verificar que, de acordo com os relatos dos participantes, o curso alcançou o objetivo de promover uma formação inicial e/ou continuada em Educação Ambiental em UC's, um espaço diferenciado e ao mesmo tempo do cotidiano, com vistas a trazer melhorias no ensino-aprendizado referente às questões socioambientais, além de potencializar a função da educação nas mudanças sociais e culturais necessárias à construção de uma sociedade ambientalmente justa, de forma dialógica e participativa. Isso está em consonância com os objetivos do ProFEA em promover um processo amplo de requalificação do senso comum sobre meio ambiente e educação ambiental e de estimular a demanda

institucionalizada ou territorializada por processos de formação de educadores ambientais (Brasil, 2006).

Em suma, o curso não apenas cumpriu seu papel de construir conhecimentos sobre Educação Ambiental, mas também desencadeou uma transformação significativa nas percepções e atitudes dos participantes, refletindo em uma nova postura diante dos desafios socioambientais contemporâneos. Neste contexto, a pesquisa atingiu seu objetivo ao jogar luz sobre as contribuições da proposta teórico metodológica da ComVivência Pedagógica e do uso das UC's quanto ambiente educativo para a formação de educadores ambientais.

Encontramos nos espaços não formais das UC's, subsídios para a construção de um ambiente educativo voltado para a formação de educadores ambientais críticos, transformados e transformadores, na perspectiva das relações socioambientais da sociedade moderna. A ComVivência Pedagógica identificou nas UC's um terreno fértil para vivências/convivências, promovendo atividades em busca de religação com o natural, processos de desconstrução/reconstrução e de reflexão das interações dos seres humanos com a natureza. As vivências possibilitaram aos educadores em formação, uma participação ativa na mudança de suas práxis pedagógicas, rompendo com os moldes hegemônicos de se fazer Educação Ambiental e de se enxergar como parte do processo de mudança da realidade.

Por fim, destaca-se a importância de ações que envolvam a Educação Ambiental realmente efetivas, que rompam com o pragmatismo e abracem outras perspectivas de ser e estar no mundo, valorizando saberes diversos e culturas plurais, porém com um único objetivo: reconectar-nos à nossa condição de seres integrados à natureza.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Keila Maria Alencar Bastos. **Educação ambiental:** a formação continuada do professor. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

BARBOSA, Gláucia Soares. **Educação Ambiental e formação de professores de uma escola rural do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade Unicamp, São Paulo, Campinas, 2015.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2012. Resolução Nº 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 18 jun. 2012, p. 70. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental**. 2012. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais:** por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/14484/MMA_S%c3%a9rie-documentos-t%c3%a9cnicos-08.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CRUZ, Camila Aparecida; SOLA, Fernanda. As Unidades de Conservação na perspectiva da Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 208-227, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRANIER, Noeli Borek. **A construção de ambientes educativos e dos princípios formativos de educadores ambientais na proposta da "ComVivência Pedagógica".** 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica, ComVivência Pedagógica e Formação Intervenção. **Blog do GEPEADS/UFRRJ**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://gepeadsim.wordpress.com/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia: v. 7, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARQUES, Fernanda da Silva; NASCIMENTO, Marcia; ROCHA, Marcelo Borges. Educação Ambiental e Educação não formal: interações e potencialidades. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C. **Análise Textual Discursiva**. 3ª ed. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

MORIN, Edgar. **O Método 4.** As ideias: habitat, vida, costumes, organização. 2 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001.

NOGUEIRA, Barbara Gabriele de Souza, *et al*. **Introdução às Unidades de Conservação**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

QUEIROZ, Edileuza Dias. **A Inserção da Dimensão Socioambiental na Formação Inicial de Educadores**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

QUEIROZ, Ricardo Moreira *et al*. A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. **Revista Areté**, Manaus, v.4, n.7, p.12-23, ago.-dez., 2011. ISSN:1984-7505.

QUEIROZ, Edileuza Dias; GUIMARÃES, Mauro. O trabalho de campo em unidades de conservação como ambiente educativo e estratégia pedagógica fundamental para uma formação diferenciada em Educação Ambiental. **R. Pl. Pub**. São Luís, Número Especial, pp. 421-425, nov. 2016.

ROCHA, Renata Ezequiél. **Unidades de Conservação: espaços não formais como potencial didático para o desenvolvimento da Educação Ambiental no IFF – Campus Itaperuna**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), IFFluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2020.

TAQUETTE, Stella; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2020.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini; MEGID NETO, Jorge. Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza interventiva. **Cien. Educ**., Bauru, v. 23, n. 4, p. 1055-1076, 2017.

VIANA, Alessandra dos Santos Cabral. **Contribuições da "ComVivência Pedagógica" na formação de Educadores Ambientais em espaços não formais**. 2024. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2024.